

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.265 - BA (2020/0015030-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : COMERCIAL DE FRUTAS LIDER LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL SIMÕES SILVA - BA024302
ALEXANDRE SIMÕES SILVA - BA032951
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : JARVIS CLAY COSTA RODRIGUES - BA020451

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por COMERCIAL DE FRUTAS LIDER LTDA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO JULGADA IMPROCEDENTE. JUROS REMUNERATÓRIOS INFERIORES À TAXA MÉDIA DE MERCADO À ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. LEGALIDADE. CUMULAÇÃO DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM DEMAIS ENCARGOS. INEXISTÊNCIA. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (fl. 172).

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 357, II, do CPC, no que concerne à ausência de decisão saneadora.

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 355, I, e 369, do CPC, no que concerne à cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide.

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 371 do CPC, no que concerne ao erro de julgamento por ausência de oportunidade de produção de prova pericial a fim de demonstrar a abusividade de taxas de juros.

É o relatório.

Decido.

Em relação à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que os dispositivos em questão não foram especificamente examinados pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente

o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Em relação à segunda e à terceira controvérsias, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso em escopo, o objeto da lide é a revisão de cláusulas contratuais que a Apelante entende como abusivas. Compulsando os autos, constata-se que não havia a necessidade de produção de outras provas, por ser a matéria preponderantemente de direito.

Saliente-se que o julgamento foi feito com base na prova documental inserta nos autos - cópia do contrato cujas cláusulas estão sendo questionadas - não restando, portanto, caracterizada a violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, como defendido pela Acionante, sendo desnecessário o retorno dos autos para o requerido saneamento. (fls. 175/176).

Assim, portanto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide sem a produção da prova requerida quando o processo se encontrar suficientemente instruído. Compete ao magistrado, destinatário da prova, o exame acerca da necessidade ou não da produção do aporte requerido, sendo inviável rever as provas dos autos. Súmula 7/STJ.” (AgInt no AREsp n. 1.545.423/GO, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 19/12/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os**

Superior Tribunal de Justiça

honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente